

# A SUPERAÇÃO DE LIMITES PELOS AGRICULTORES ASSENTADOS NO PA CHE GUEVARA

Priscila Tavares dos Santos\*

## Resumo

As condições ambientais dos projetos de assentamento rural no país constituem-se enquanto aspectos limitantes à efetivação dos investimentos objetivando a gestão produtiva do lote e reprodução do grupo familiar. Apesar dessas condições, a eles ainda é atribuído sistema de desqualificação pelo não saber. Para romper com os efeitos dessa atribuição, invisto no reconhecimento do saber local, considerando os modos de produção de conhecimento prático numa situação de assentamento rural. Valorizo os fatores situacionais que estimulam a reflexão e a retenção de conhecimentos por esses agentes, considerando os diferentes modos de agir e pensar desses agricultores. Adoto como unidade analítica famílias de assentados rurais que apostaram no sucesso produtivo do Projeto de Assentamento Che Guevara, no município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, considerando as diferentes formas de *lidar com a terra* e de gestão dos recursos naturais, dependentes do contexto no qual se realizam. A multiplicidade de sistemas produtivos desenvolvidos pelos assentados demonstra a capacidade criativa desses agricultores e se manifesta a partir de um sistema de saberes práticos para gestão de recursos naturais no lote. A transformação da terra considerada degradada e improdutivo em lote produtivo mediante investimentos próprios é tarefa que os assentados realizam apesar da condição de titulares de um direito que não lhes assegura a propriedade. Nesta condição, contribuem para a efetividade da função social da propriedade além de ajudar no processo de restituição das condições naturais locais.

## O processo de constituição do Projeto de Assentamento Che Guevara

Os projetos de assentamento rural no Brasil constituem manchas que sinalizam territórios da reforma agrária. Não respondem a critérios administrativo ou regional preexistentes, tampouco podem ser explicados a partir de uma política nacional. Comprometidos com os efeitos produzidos pelos assentamentos, Leite *et al.*, (2004) afirmam que se trata de um processo dinâmico que, para ser compreendido, é necessário ter em mente as condições existentes tanto no passado quanto no momento da constituição do assentamento e as trajetórias percorridas pelos agentes até que sua constituição como assentados rurais. (Leite *et al.*, 2004) Trata-se de um processo de “desenraizamento” e “reinraizamento”, no qual assentados rurais são deslocados não apenas do ponto de vista físico, mas também social. (Neves, 1997: 21) Assim, os

---

\* Bióloga, Mestre em Antropologia, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF. Email: pris\_tavares2000@yahoo.com.br

assentados rurais são agentes sociais que incorporam e recriam novas condições de vida, estruturadas a partir do reordenamento de suas condições sociais.

Em análise sobre o processo de constituição dos assentamentos rurais no país, Leite *et al.*, (2004) afirmam que, até 1990, sucederam-se desapropriações aleatórias que acompanhavam processos sociais conflituos de luta pela terra. Os números apresentados pelos autores giram em torno de 900 núcleos de assentamentos, 515 efetivados nos quadros da PNRA; 137 vinculados aos Programas de Colonização, e 224 resultantes de outras ações estatais. Como apresentam, até o final desta década, totalizavam no Brasil 4.373 assentamentos rurais em 23.852.219 hectares de terra. Apesar desses números, estes não foram suficientes para produzir efeitos na estrutura fundiária do país, ficando muito aquém das exigências do “modelo ideal de assentamento”. (Leite *et al.*, 2004: 40)

Enfatizam ainda que a diversidade das famílias é um aspecto sobressalente nos diversos assentamentos rurais espalhados pelo país, diversidade que converge para a formação dessa nova categoria – *assentados*. Assim, os assentados rurais passam a ser alvo de políticas públicas nesses territórios sob gestão do Estado. Destacam ainda que os estudos que até então vêm sendo realizados têm a preocupação em verificar, na maior parte dos casos, o sucesso ou o fracasso desses projetos. Segundo afirmam, as temáticas valorizadas por esses estudiosos giram em torno dos aspectos econômicos, mas também dos produtivos, dos efeitos sobre o meio ambiente, da distribuição territorial e da participação política. Nessa perspectiva, os assentamentos devem ser entendidos tanto como “ponto de chegada” quanto “ponto de partida” no processo de luta pela posse da terra.<sup>1</sup> (Leite *et al.*, 2004: 28-29) Essa ambigüidade permite colocar em cena atores sociais até então esquecidos pelo caminho da integração social ou impulsionar aqueles que buscam implementar novos projetos de sociabilidade.

O assentamento Che Guevara, *locus* deste estudo<sup>2</sup>, corresponde à transferência de área de terra da Fazenda Marrecas, antes explorada para o cultivo da cana de açúcar

---

<sup>1</sup> Leite *et al.*, (2004) trazem à tona diversos autores que se dedicaram ao estudo dos assentamentos rurais e seus agentes sob diferentes olhares.

<sup>2</sup> O trabalho de campo foi realizado em 2010 como parte do projeto de pesquisa Sistema de produção sucroalcooleira: transformações sociais, agentes produtivos e trajetórias familiares, vinculado à linha de pesquisa Mudança e Reprodução Social no Campesinato, ao qual me integrei com fins de elaboração de dissertação de mestrado intitulada “A ‘luta com a terra’ no Projeto de Assentamento Che Guevara (RJ): produção e transmissão de conhecimentos entre assentados”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, em 2011. Para realização da pesquisa, contei com apoio financeiro na modalidade de bolsista (ME) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

da Usina Baixa Grande, extinta em 1999. Este assentamento se integra um conjunto de outros tantos, construídos no mesmo processo de insolvência de usinas e de alguns produtores de cana. É um dos resultados de processos de redistribuição territorial desencadeado pelos porta-vozes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, após a dissolução da usina de açúcar de Baixa Grande. Dentre os bens transferidos e que foram desapropriados, aqui destaco os desdobramentos na Fazenda Marrecas.

Tendo conhecido anteriormente a região do assentamento e visitado alguns lotes, pude voltar-me à leitura de alguns textos de autores que se dedicaram ao estudo de assentamentos rurais no país. Pela singularidade das questões reconhecidas, decidi examinar os modos de construção do saber prático entre os assentados rurais. Assumir tal questão, entre outros aspectos, é reconhecer que esses agentes investem na criação de alternativas para superar constrangimentos e limitações a que, recorrentemente, estão submetidos. Adotando a diversidade de possibilidades, seja na posição de agricultor, de criador de animal, de assentado ou de líder local, espero refletir sobre as diferentes formas de conhecimento para gestão de recursos naturais. A importância da questão ultrapassa o estudo de caso em pauta, tendo em vista ser freqüente, entre assentados, a incorporação produtiva de parcela de terra por esses agentes considerada exaurida e degradada, no caso em apreço, pelo sistema agroindustrial. Boa parte das reflexões decorre de minha instigação dos agentes locais a realizarem o exercício da contraposição do tempo de hoje, em que estão assentados, àquele em que possuíam outras formas de vinculação produtiva, seja como trabalhador assalariado ou como ajudante.

Neste texto, invisto na compreensão do modo como os assentados constroem alternativas diversas para permanecer numa paisagem em condições de exaustão, mediante a construção de linhas de fuga, e assim sobrevivendo com suas famílias. A própria paisagem no assentamento reflete as transformações materializadas no espaço, expressões da herança de um tempo de sobreexploração dos recursos naturais com fins capitalistas.

Cabe ressaltar que as condições adversas nas quais esses assentados operam dotam-nos de conhecimentos para gerir, sob risco de inviabilidade, os projetos de manutenção do lote e de sobrevivência de seu grupo familiar. Tais adversidades não lhe são condição peculiar. Diversos autores têm demonstrado a péssima qualidade do solo e

ressaltado os recursos limitantes à efetivação e sucesso dos projetos de assentamento rural no país. (Leite, 2004)

Para reverter esse quadro de degradação, torna-se necessário um grande investimento por parte do assentado. Investimentos tanto em adubação do solo com matéria orgânica e insumos químicos (fertilizantes e adubos), como em irrigação e restauração da vegetação nativa, principalmente a ciliar e da área de reserva.

Em 1996, o Censo Agropecuário revelou que no país existiam 161.556 famílias beneficiadas pela Reforma Agrária, distribuídas em 1.460 projetos de assentamento rural. Dessas famílias beneficiadas, a grande maioria já trabalhou na agricultura (cerca de 57.8%), mas desses, apenas 16,3% tinham a posse da terra. Nesse sentido, os projetos de assentamento rural no país representam uma transformação não apenas na configuração espacial, mas mudanças nas relações sociais e na forma de uso da terra e das práticas de produção agropecuária, correspondendo a investimentos pontuais de recuperação do patrimônio fundiário. (Bergamasco, 1997)

Ortiz (1971) também coloca em questão o apriorismo de alguns modelos de análise sobre os agricultores e que terminam por atribuir-lhes a imagem de irracional, desmotivado e de desprovido de condições para seu auto-sustento, quando de fato operam em condições desfavoráveis e contribuem para diminuir alguns quadros de degradação ambiental.

O sistema de desqualificação atribuído aos assentados é ainda apresentado por Neves (1997). Como afirma, esses agentes são entendidos pelos mediadores das políticas públicas como ignorantes, sem instrução e carentes de meios de sobrevivência, além de acusados de indolentes e portadores de um desejo comum de perpetuação de sua condição de subalterno e de dependente. Assim, os assentados vêm sendo rotulados como recebedores do suprimento dos benefícios do poder público, porque percebidos a partir da defasagem e da manutenção do etnocentrismo dos agentes mediadores das políticas públicas. Embora, os assentados sejam acusados de não acumularem saber sobre processos, mesmo que agrícolas necessários à realização das atividades no lote; eles são muitas vezes constrangidos, pela imposição legal, ao assumirem o papel de agentes da preservação de reservas; ou são legitimados para recuperação e restauração dos recursos naturais de áreas degradadas transferidas para assentamento.

De acordo com informações citadas por Lamego (2007), no começo da ocupação da Baixada Campista, no início da década de 1730, a exploração da pecuária era atividade ilimitada nas pastagens naturais. Contudo, devido à precariedade da qualidade

do pasto, tornou-se necessária a introdução de capim d'angola, principalmente no barro das aluviões à margem do Paraíba. A criação de gado, nesse período, concentrava-se nas mãos dos grandes senhores que controlavam e limitavam o acesso à terra à plebe, o que aconteceu por aproximadamente 100 anos. Como aponta o autor, a cultura de cana seria então atividade secundariamente estabelecida na região, iniciada a partir da revolta de Benta Pereira que, ao ceder à Coroa a capitania, divide a planície. Assim, o “ciclo da pecuária”, com a invasão das terras pelos canaviais, vê-se forçado a reduzir o número de reses. (Lamego, 2007: 125)

A produção de cana de açúcar é uma das atividades mais antigas no município de Campos dos Goytacazes, mormente em Marrecas, espaço geográfico no qual se insere o Projeto de Assentamento Che Guevara – PA Che Guevara. Segundo Neves (1997), a partir de estudo realizado em meados da década de 1980, a produção de cana que se desenvolvia no município distribuía-se de modo diferenciado entre pequenos, médios e grandes fornecedores de cana, mas se concentrando nas mãos de usineiros, que detinham cerca de 40% da produção total. Na década de 1970<sup>3</sup>, houve significativa expansão da área plantada, em resposta aos incentivos estatais, parte do Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira (1971/73) e do Programa Nacional do Álcool – Proálcool (1975).

Antes do último processo de expansão da atividade agroindustrial, principalmente na década de 1970, nas fazendas, unidades econômico-espaciais de produção da cana, produzia-se não apenas para atender às exigências do mercado. Havia lavouras de subsistência mediante relação de *morada*. As famílias dos fazendeiros e de seus trabalhadores por ela obtinham alimentos, advindos da reconhecida *lavoura branca* e da criação de animais de pequeno porte e poucas cabeças de gado. A composição dessas lavouras era permitida enquanto complementação da remuneração do trabalhador e constituía forma de vínculo consensual quanto à subordinação de força de trabalho. Essa modalidade de relação corresponde à importante referência de condições de vida entre diversos trabalhadores que hoje se encontram como assentados. (Neves, 1997)

Sob vinculação com a produção canavieira, diversas foram as formas de resistência dos trabalhadores rurais; e também os mecanismos de reação às condições de exploração massiva, expressos em baixos salários, bem como a quebra de acordos,

---

<sup>3</sup> Para efeitos dessa análise, não cabe retomar o processo de constituição das usinas, mas a expansão da década de 70 que redundou na extinção de várias usinas, razão pela qual os ex-trabalhadores vieram a se tornar assentados rurais.

considerada desrespeito à dignidade do trabalhador. As reivindicações trabalhistas foram se acentuando paulatinamente, a partir da promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira - ELC (Decreto-lei 3.855 de 1941) e do Decreto-lei 6.969 de 1944. Em consequência, usineiros e fazendeiros investiram na extinção do *colonato*, processo paralelo à introdução de novos instrumentos mecanizados de trabalho. (Neves, 1997)

Com o reconhecimento legal do vínculo dos trabalhadores, principalmente a partir do ELC, em 1941, dos contratos entre usineiros e trabalhadores, moradores formalmente definidos, alguns trabalhadores chegaram a auferir o pagamento de indenizações em situação de ruptura dos contratos.

A produção de cana de açúcar vem sendo cada vez mais restrita devido à extinção de várias usinas. Na década de 1950, duas usinas foram desmanteladas no município de Campos. Como afirma Neves (1997), nesse contexto, o estado do Rio contava com 28 usinas açucareiras, estando 16 delas concentradas nessa região.<sup>4</sup> Essa região, conhecida como Região Açucareira de Campos, como apresenta a autora, corresponde ao espaço físico de predomínio da produção da cana na região Norte do Estado do Rio de Janeiro. O recente declínio no número das unidades de processamento da cana pode ser entendido como consequência das ações aplicadas pelo Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, ainda no começo dos anos de 1963. As ações se voltavam para elevar o limite para 100 milhões de sacos de açúcar, o que levou o estado do Rio a atingir a cifra de aproximadamente 9 milhões de sacos, assinalando um aumento de quase 12% da produção de açúcar. Essa produção foi superada pela do estado de São Paulo que, comparativamente ao Rio de Janeiro, era galgada a partir de menores custos. Mesmo com as dificuldades que se impuseram à lavoura de cana no município de Campos durante a década de 1970, a produção canavieira deu um salto de 41%, de acordo com os dados apresentados por essa mesma autora.<sup>5</sup> Cabe ainda ressaltar que no começo da década de 1970, os interesses de usineiros e fornecedores convergiam em relação ao aumento da produtividade projetado pelas políticas de desenvolvimento agrícola estadual e nacional.

No município de Campos, na década de 1980, principalmente no distrito de Santo Amaro, a presença da usina de mesmo nome contribuiu para a formação de novos povoados e também para a expansão de um complexo residencial nos arredores das

---

<sup>4</sup> Segundo Neves (1997), o estado do Rio de Janeiro abrigava cerca de 30 usinas canavieiras no começo da década de 1930, das quais 21 localizavam-se no município de Campos.

<sup>5</sup> O processo de perda de capacidade competitiva da produção das usinas de Campos frente à de São Paulo foi analisado por Neves (1997).

unidades agroindustriais. A constituição dessas vilas foi estimulada principalmente pela chegada de serviços municipal e estadual de transporte, de ensino e, posteriormente, do serviço de iluminação pública, mas também como resposta aos efeitos do processo de redistribuição territorial por loteamento das pequenas propriedades. (Neves, 1989; 1997)

Durante essa década (1980), no Estado do Rio de Janeiro, diversos projetos de fixação de trabalhadores rurais ganham cena, mormente a partir da transferência de terras de órgãos estaduais responsáveis pela aplicação da PNRA. Como afirma Neves (1997), iniciados na década de 1960, esses projetos alcançam seu êxito nos anos de 1980, quando, frente às alternativas de redefinição e aplicação dessa política, os trabalhadores conquistam seus direitos. No município citado, em relação aos demais projetos de assentamento rural no Estado, o projeto Novo Horizonte era o que abarcava maior área de terra voltada a incorporação de trabalhadores da agroindústria canavieira. (Neves, 1997: 14)<sup>6</sup>

Do mesmo modo, o acesso à terra pelos agentes aqui em foco só se tornou possível mediante a falência e desaparecimento da unidade produtiva e assim a ruptura dos vínculos sociais nesse campo firmados. Como demonstrado em estudos na região, antes da implementação desse sistema, os produtores que possuíam terras baixas mais próximas ao litoral sofriam com os efeitos nefastos das inundações e com o elevado teor de sal do solo. Segundo levantamento realizado por Neves (1997), durante essa década (1980), os produtores que possuíam as terras mais férteis tinham maiores facilidades para a adoção de instrumentos mecanizados, principalmente nos terrenos situados na Baixada Campista. De igual modo, as áreas litorâneas adjacentes foram posteriormente incorporadas à cultura canavieira, apesar do baixo teor de fertilidade do solo apresentado em relação aos terrenos da Baixada.

A partir da implantação do Proálcool, os estudos que vieram sendo realizados na região ocupada pelo plantio da cana apontavam para a necessidade de irrigação das terras, demanda que foi atendida pelo Projeto de Irrigação e Drenagem do Norte Fluminense - Projir, sob coordenação do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA. (Pessanha, 2004)

---

<sup>6</sup> O Projeto de Assentamento Novo Horizonte, com área de 4.335 hectares, assentou 400 famílias de ex-trabalhadores rurais, sob responsabilidade do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário – Mirad, num total de 1.937 famílias assentadas no Estado. (Neves, 1997)

No final da década de 1980, com a falta de matéria prima e a necessidade de irrigação, a baixa produtividade dos canaviais, a queda do preço do açúcar no mercado externo e a falta de apoio estadual ao setor, muitas usinas do complexo agroindustrial encerraram as atividades. Como fruto desse processo de desmantelamento, produziu-se uma massa de desempregados que não podiam se valer de outras atividades que pudessem compensar os efeitos da crise.

Quando do funcionamento da usina Baixa Grande, a Fazenda Marrecas abrigava canaviais nos quais operavam aproximadamente 150 trabalhadores nas atividades sucroalcooleiras. Esse modelo de inserção contribuía para a reprodução e manutenção da condição social dos trabalhadores na região agroindustrial, na medida em que os filhos tinham assegurado o vínculo empregatício por referência paterna ou pelos anos dedicados à atividade laborativa. Essa fazenda incorporava 74 famílias e pertencia à Companhia Agrícola Baixa Grande, proprietária da então Usina Santo Amaro. Foi desapropriada, em 04/10/1999, por leilão com recursos advindos do Banco do Brasil.

O processo de desapropriação da Fazenda Marrecas teve início ainda em 1997 e se estendeu até 2007, quando, devido aos problemas de insolvência que afetaram a produção agroindustrial no complexo Baixa Grande, o Incra constatou que aquelas terras deixaram de realizar sua função social. Neves (1997), em estudo sobre o processo de mudança da posição social dos trabalhadores da usina em pequenos produtores agrícolas, demonstra que o processo de desapropriação de terra da usina como resposta aos objetivos da PNRA, na medida em que se configura como resposta particular aos questionamentos levantados, coloca novos problemas para os agentes em questão. Após um ano, líderes do MST organizaram acampamento em torno das terras da fazenda, permanecendo nelas até que as ações se concretizassem e fosse realizado o sorteio para ocupação da terra. O acampamento foi instalado na fazenda Ilha Grande em 04 de janeiro de 1998 e, pelo projeto, puderam ser assentadas 74 famílias em lotes que variavam em torno de 9,208 a 18,703 hectares. Até que o Incra completasse o processo de divisão dos lotes, os líderes do MST estabeleceram uma divisão que provisoriamente definia 10ha para que as famílias acampadas pudessem dar início às atividades de produção agrícola voltadas ao sustento de seus membros. (Peixoto, 2001)

As famílias beneficiadas pelo projeto são, em grande parte, provenientes de espaços externos à fazenda, tendo em vista que a construção do acampamento em torno do terreno da antiga fazenda foi uma iniciativa desprezada por muitos dos ex-trabalhadores. Os assentados rurais no PA Che Guevara, de acordo com dados obtidos



em situação de entrevista, são oriundos dos estados da Bahia, Espírito Santo, bem como de municípios circunvizinhos ao de Campos dos Goytacazes, como São João da Barra e principalmente São Fidélis.

Anteriormente, muitos deles se dedicavam não somente à realização de atividades agrícolas, mas também a outras tantas, relacionadas a setores produtivos como, por exemplo, construção civil, marcenaria, mecânica e costura.

O assentamento Che Guevara, mediante decreto sem número publicado no Diário Oficial em 05 de outubro de 1999, foi criado em 31 de janeiro de 2000. Possui uma área total de 1.244,7476ha, onde, destes, 336.5067ha do território encontram-se destinados a reserva legal e permanente.

O nome atribuído ao PA é uma blague aos antigos proprietários da Usina Santo Amaro, De La Riva, família de cubanos que, no período da revolução liderada por Ernesto Che Guevara e Fidel Castro, refugiaram-se nos Estados Unidos, seguindo posteriormente para a região de Campos dos Goytacazes.

Geograficamente situado pelas coordenadas de 21°45'23''S e 41°19'40''W, o acesso à região de Marrecas, em Baixa Grande, aproximadamente 40 km após Campos, dá-se mediante uma estrada entre canaviais, em direção à estrada que leva ao Farol de São Tomé.

Segundo Lubatti (1979), no final da década de 1970, a localidade de Marrecas, juntamente com Açú e Quixaba, compunham um espaço bastante homogêneo. As casas eram construídas muito próximas, de modo que suas cercas marcavam os limites entre esses três lugares; cada qual com sua capelinha, seu coreto e algumas vendas. Fora essas construções, o Rio Doce reforçava o limite físico entre a localidade de Marrecas e do Açú.

Em estudo realizado anteriormente à implantação do assentamento, essa autora registrou chuvas intensas de curta duração durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro; temperaturas diárias em torno de 25° a 30°, caindo para 20° pela noite, com brisa leve soprando do mar. (Lubatti, 1979)

O assentamento Che Guevara tem como principal fonte hidrográfica a Bacia do Paraíba do Sul, que atravessa horizontalmente o município de Campos, mas que também representa uma fonte de recursos, tanto pesqueiros quanto energéticos e turísticos. Segundo informações levantadas pela Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social - Fiderj (1978), o lençol freático é de fácil captação devido à sua pouca profundidade. Em situação de trabalho de campo,

entrevistados afirmam ser este um dos motivos das inundações em tempos de chuvas torrenciais. Com o assoreamento e desativação dos canais de drenagem e com a subida do nível do lençol nos dias de chuva, a água se acumula no solo, quer pela infiltração, quer pelos bloqueios à rede de escoamento. Percorrendo as estradas do assentamento, pode-se entender o impacto desses bloqueios. É notável a presença de bananeiras nos espaços que anteriormente compunham a rede de drenagem/irrigação e também, em tantos outros casos, o aterramento desses canais com vistas ao nivelamento do terreno.

O relevo predominantemente plano é cortado pelo Canal do São Bento e pelo Canal do Colégio – durante a realização do trabalho de campo, assoreados e tomados pela vegetação - e outros tantos valados e valas<sup>7</sup>, construídos no período de tentativa de implementação do Projir.<sup>8</sup>

As terras do PA encontram-se distribuídas por uma vasta planície de clima tropical quente e úmido, tendo por estação chuvosa os meses de verão. Informações recentes que constam do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Che Guevara - PDA (2001) demonstram certa incongruência em relação aos dados pluviométricos registrados nos últimos anos para a região. Nesse documento, os meses de janeiro a março são aqueles nos quais se registram as maiores temperaturas anuais, em contraposição aos meses de junho e julho, mais frios. As maiores taxas pluviométricas são as iniciadas em novembro, estendendo-se até janeiro, enquanto o período de maior estiagem é o observado no mês de agosto.

Nicolite *et al.*, (2009) trazem dados que reforçam esse calendário e afirmam ainda que o trimestre que se estende de novembro a janeiro é o mais chuvoso da região, período no qual tem maior frequência na incidência de cheias nos corpos hídricos abastecidos pelo Rio Paraíba do Sul, principalmente aqueles localizados na planície campista e em São João da Barra. Segundo eles, as taxas de vazão do rio foram reduzidas em cerca de 50% a partir da década de 1950, mediante processo que perdurou até a década de 1980. Essa redução é compreendida como decorrência dos inúmeros empreendimentos hidráulicos executados nesse período na região da Baixada Campista. (Costa, 1994 *op. cit.* Nicolite, 2009)

---

<sup>7</sup> O *valado* é parte de um sistema de captação de água construído pelos administradores da usina. Representa uma vala de nível abaixo do solo por onde a água desviada dos canais do Colégio, São Bento e Andresa chegavam até às fazendas. As *valas* são de menores proporções, mas destinam-se à mesma atividade.

<sup>8</sup> O Projir foi elaborado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)/Ministério de Indústria e do Comércio juntamente com a Sondotécnica.

Ainda no que se refere ao aspecto dos recursos hídricos, **Carneiro** (2004), em estudo sobre os conflitos inerentes aos usos da água na Baixada Campista, afirma que a partir do segundo quartel do século XX, os cursos d'água na região foram geridos com vistas a responder a interesses políticos e econômicos. Segundo ele, lagoas, lagunas, brejos e áreas pantanosas foram drenadas e, assim, incorporadas ao conjunto de propriedades particulares responsáveis pela produção da cana de açúcar.

Como já destaquei, a produção agrícola no decorrer da gestão da usina fundava-se no cultivo da cana-de-açúcar, mas era complementada por cultura temporária, direcionada para o atendimento das necessidades de trabalhadores. Por outro lado, fora da usina, a atividade pecuária voltava-se à produção de carne e seus derivados para consumo e venda, tanto de bovinos quanto de galináceos, suínos, eqüinos, ovinos, muars, caprinos, codornas, coelhos, bubalinos e asininos. O pescado compreendia basicamente o camarão branco, a corvina e a sardinha.

No início de 2010, o que se observou mediante trabalho de campo, foi o predomínio do binômio cana-gado concomitantemente ao plantio de hortigranjeiros, frutíferas e criações de galináceos, suínos e caprinos para complementação da alimentação doméstica.

Em contraposição às informações contidas no PDA do assentamento (Peixoto, 2001), as práticas agrícolas acompanhadas durante a realização do campo demonstravam algum tipo de cuidado em relação à manutenção e à reposição das condições de fertilidade e produtividade do solo. Como relataram os agricultores em situação de entrevista, o vinhoto – líquido residual do processamento da cana de açúcar pelas usinas – apesar de extremamente ácido, era aplicado no solo porque servia como um repositório de matéria orgânica necessário ao processo de adubação do mesmo. O vinhoto que chegava era distribuído via *irrigadeiras*, construídas no tempo da usina para levar a água dos canais até às fazendas. Este mesmo líquido que antes foi utilizado com esses fins restauradores, durante a realização do trabalho de campo, configurava-se enquanto instrumento de acusação sobre aqueles que se apropriaram da prática agrícola, por contaminarem os mananciais hídricos dos quais necessitam de água para beber. A má qualidade da água no PA é facilmente percebida, tanto a partir do mal cheiro exalado quanto a partir da coloração marrom-esverdeada que apresenta nos *valados* e também nas *valas* que cortam muitos dos lotes percorridos na área. Lamego (2007) descreveu bem essa situação: “O próprio rio enorme que lhes dá peixe não lhes dá a

água para beber. As águas de que servem os habitantes são de cacimbas, ou cisternas, por se conservar ali a do rio quase sempre salgada pelas baldeações da maré.”

O diagnóstico dos solos da região do assentamento é inexistente e os dados divulgados no PDA encontram-se fundados em levantamentos realizados em 1982 pela Sondatécnica, elaborados para atender aos objetivos dos projetos de irrigação e drenagem postos em prática a partir de 1980. Sinaliza um solo aluvial, de areias quartzosas e hidromórficas, com fortes limitações devido à sua pouca fertilidade, sendo possível encontrar solos alagadiços nas regiões de várzeas e de solos mais baixos, bem como solos com alto teor de sal. Lamego (2007), estudando a região de Campos, descreve o solo da região ao sul do Paraíba como sendo de aluvião, ou seja, composto por sedimentos, tal como aquele onde se instalou a primeira usina regional de Barcelos.

No ano de 2010, como informaram os agricultores, o solo que cobre praticamente toda área do assentamento é de textura arenosa, o que facilita o escoamento da água e impede que ele seja aproveitado em sua totalidade. Essa condição não deixa que a água da chuva seja retida em um nível mais profundo do solo, aspecto este, do ponto de vista desses agentes, fundamental para que a planta se fixe e cresça com *força*. Além disso, informam eles que o solo é *salitrado* (com muito salitre) e apenas nas manchas de solo que apresentam menor teor desse componente é possível a obtenção de algum recurso com valor no mercado ou até mesmo para subsistência.

De acordo com dados obtidos a partir da realização do trabalho de campo, a fauna, anteriormente rica em animais silvestres, tendo enfrentado intenso período de queimadas para plantio da cana e de devastação das matas ciliares, passou a ser representada por alguns exemplares de preás, pacas, tatus, cobras e lontras. Do mesmo modo, a cobertura vegetal que se alastrava pelos vastos campos cedeu lugar a uma pastagem pobre de capim patorá e o fura-chão, por exemplo. Em situação de entrevista, os assentados elaboram uma lista contendo inúmeras aves *nativas* que desapareceram desde a chegada deles no acampamento (no início de 1990) e identificam, além dos já citados, capivara, jacaré, gambá e aqueles habitualmente domesticados.

A área de preservação permanente corresponde a 6,7% da área total do assentamento, e está situada às margens dos canais de São Bento e do rio Colégio. A área de Reserva Legal, de 1.244,74 hectares, abarca uma região alagadiça com vegetação nativa. Ambas foram alvo de intenso processo de destruição, o que resultou num processo de assoreamento dos leitos dos canais e de eliminação de matas ciliares em quase toda extensão desses condutores hídricos.

## Condições sociais de pesquisa

Os assentados rurais que tomo como objeto de análise situam-se no Projeto de Assentamento Che Guevara, região da antiga Fazenda Marrecas, localizado no município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.<sup>9</sup> O PA Che Guevara se integra a um conjunto de outros tantos, construídos no mesmo processo de insolvência de usinas e de alguns produtores de cana. Comparativamente a outros contextos de redistribuição de terra no quadro do Programa Nacional de Reforma Agrária, este assentamento é resultado de um processo de mobilização de trabalhadores aglutinados por porta-vozes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para realizar esta análise, me baseio na relação do homem com a natureza, mormente aquela de produção, a partir da mobilização de saberes constituídos mediante a colocação em ação de forças produtivas, reveladas segundo trajetórias de vida desses assentados rurais.

O texto que segue, embora linear na textualização, não o é na compreensão, tendo em vista que o sistema de conhecimento dos produtores assentados é, por inúmeras vezes, retomado a partir de níveis diversos de investigação. (Abélès, 1983) Neste viés, cabe também destacar que o trabalho do etnólogo é, ao mesmo tempo, ativo e passivo, permitindo, concomitantemente, a produção e a apropriação de elementos empíricos - os dados - segundo certos eixos de problemática, de conteúdos conceituais que visam a tornar inteligível a realidade que interpela, falando diante dele ou contra ele próprio.

Neste contexto de investigação, apesar de ser referenciada pelos assentados como pertencente à universidade, ter manifestado o meu completo desconhecimento e distanciamento em relação às práticas que apresentavam, permitiu que gestos mais incorporados e naturalizados fossem revelados; e também que aqueles coletivamente considerados por mim como os *experts* (mas localmente denominados por *sabidos* e *inteligentes*) fossem a mim apresentados. Reconheço também que o conhecimento dos assentados rurais não é unísono, como adverte Ferreira (1996), tendo em vista que é marcado pela polifonia. É um saber que não é exclusivo ao campo da história oral, pois

---

<sup>9</sup> O trabalho de campo foi realizado em 2010 como parte do projeto de pesquisa Sistema de produção sucroalcooleira: transformações sociais, agentes produtivos e trajetórias familiares, vinculado à linha de pesquisa Mudança e Reprodução Social no Campesinato, ao qual me integrei com fins de elaboração de dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF). Para realização da pesquisa, contei com apoio financeiro na modalidade de bolsista (ME) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

que permite que um conjunto de signos sejam transmitidos através do espaço e sejam preservados através do tempo mas que, em sendo evocados na *lida com a terra*, permitem a maximização da produtividade do lote a despeito da condição de exaustão em que se encontram os recursos naturais.

Durante a realização das entrevistas, a recorrente negativa dos assentados em relação ao conhecimento acadêmico, oferecido pelos técnicos a partir de cartilhas ou em reuniões locais, pode ser observada. Como apontam os entrevistados, apenas um número relativamente baixo de projetos criados pelos técnicos e extensionistas que foram implementados nos lotes chegaram a ser considerados como de sucesso. Esta forma de avaliação dos assentados deixa entrever outras formas de produção de conhecimento prático que não aquelas relacionadas à linguagem acadêmica e escrita. Os assentados rurais que entrevistei e que haviam sido apontados pelos demais como participantes de alguns dos cursos oferecidos pelo Incra, pela Universidade (UENF) e pela Emater afirmavam não ter recebido qualquer tipo de treinamento. Muitos deles fazendo questão de esconder os diplomas e certificados que receberam, revelados, inesperadamente, quando de minha presença em suas residências. Ao ter acesso ao material oferecido no curso (apostilas e cartilhas), os assentados reforçavam seu posicionamento contra o conhecimento nestas vias sistematizado. Estas formas simbólicas de reconhecimento de domínio de um *corpus* de saber especializado são apontadas por Goody (1986) como decorrentes de formas de organização social nas quais a escrita e suas técnicas alcançaram o máximo de desenvolvimento.

A noção de trabalho agrícola que orienta a ação dos assentados rurais aqui considerados é fruto de um modelo inteligível no qual o agricultor estabelece as etapas de sua execução, mas também reflete de uma série de ajustes e adaptações às especificidades locais de seus lotes. Esta noção extrapola aquela apresentada pela Sociologia que se restringe aos recursos disponíveis, homens e seus instrumentos de trabalho, ou seja, ao conjunto dos fatores de produção. Os assentados rurais não se esgotam pelo viés profissional, tampouco por um modelo imutável, rígido e incapaz de incorporação de novos saberes. (Godoi *et al.*, 2009)

### **Os assentados e a superação de limites**

Os assentados por mim entrevistados sinalizaram que, para a continuidade do projeto de assentamento, devem gerir a unidade de produção criando meios de alocação

de diversos recursos. As alternativas de gestão em condições limitantes indicam como eles estão constantemente colocados em situação de risco de perda progressiva ou de inviabilidade na ocupação da posição. Em tese, porque boa parte deles opera sob reprodução negativa, se consideram vitoriosos quando ultrapassam tais limitações, colocadas na falta de poupança e na instabilidade na constituição do rendimento. Os riscos muitas vezes estão relacionados às desfavoráveis condições naturais (edáfica, florística, faunística e hídrica). Outras vezes se relacionam a constrangimentos para objetivação da capacidade criativa desses assentados, de modo a encontrar alternativas para lidar com a falta de mão de obra familiar: por doença, por necessidade de vinculação ao mercado de trabalho assalariado, por saída dos filhos para constituição de família conjugal; pela falta de recursos financeiros para remunerar o trabalhador externo e para aquisição de máquinas, principalmente bombas de irrigação e trator. Ainda se relacionam à impositiva transferência de parte do rendimento para compra de insumos: rações, remédios, produtos químicos necessários à lavoura e aos animais. Devido também ao ataque de pragas e de animais estranhos ao ambiente de *terreiro*, que ultrapassam as barreiras impostas pelas cercas. Relevam-se também pelas dificuldades para venda, principalmente daqueles produtos fora dos padrões (tamanho, peso, coloração, textura) impostos pelos consumidores; pela desvalorização dos produtos por intermediários da comercialização (*atravessadores*); pela ausência de infraestrutura coletiva e individual para escoamento da produção; bem como pelo tímido incentivo advindo de redes de assistência técnica aos assentados.

As alternativas da produção agrícola e pecuária possíveis aos produtores assentados no PA Che Guevara, no período do trabalho de campo, compreendiam uma gama limitada de sistemas produtivos, mas ainda variável segundo o tempo de permanência do produtor no lote. Todavia, com maior ou menor extensão, em diversos lotes foram encontrados cultivos dos seguintes produtos, para consumo próprio ou circulação no mercado: abóbora, aipim, quiabo, feijão, jiló, banana, cana, coco, figo, goiaba, graviola, laranja, limão, manga, melão, milho, pinha e eucalipto.

Beatriz Herédia demonstra que os produtos são classificados pelos produtores sob diferentes formas. Um dos sistemas diz respeito à orientação que os agentes atribuem ao produto: se para consumo ou para comercialização. No primeiro caso, se estão no roçado, os produtores distinguem as *verduras e legumes*; mas também podem ser reagrupados, segundo a participação na composição das refeições diárias. Se comercializados, os produtores estabelecem novas classificações, considerando sua

venda direta ou a partir do seu processamento. (Heredia, 1979) Há bastante aproximação dos dois grupos pesquisados, embora os termos sejam relativamente distintos. Tomando as categorias adotadas pelos assentados engajados nesta pesquisa, elaborei a tabela seguinte, mas agregada às alternativas temporais de incorporação produtiva de cada tipo nas atividades produtivas do lote. (**Tabela 1**)

**Tabela 1 – Variedade de sistemas produtivos segundo tempo de permanência do produtor no lote, PA Che Guevara**

Tempo de permanência	Sistemas produtivos				
	oleaginosas	frutas	raízes	forrageiras	Cereais
6 a 10		2		1	
11a 15	18	25	4	12	4

Fonte: Dados elaborados a partir de trabalho de campo realizado em fevereiro e agosto de 2010.

Entre os assentados, havia um grande número que mantinha a orientação produtiva referenciada à circulação mercantil dos produtos; e dedicava-se ao cultivo da cana e à criação de gado. Dentre estes, alguns agregavam à produção de quiabo e/ou de coco. Raros eram os casos em que os produtores não mantinham cultivos agrícolas ou abriam mão de quaisquer dessas alternativas.

Vale à pena ressaltar que as variedades de produtos agrícolas e de animais para a criação são decorrentes da compra e de laços vicinais de solidariedade, mas também do conhecimento de uma rede de comercialização de proximidade. Sobre esse aspecto, Abélès (1983) afirma que as relações entre vizinhos, que se quer complementares, favorece a reintegração de práticas de troca e estimulam a atribuição de valores destinados às mercadorias que são eficazes, por causa da ausência de normas efetivas que possibilitam a instituição de um universo social onde os seus próximos tomam o lugar. A vizinhança representa, nesta perspectiva, um conjunto de constrangimentos objetivos, onde a regularidade das relações de sociabilidade não depende da fixação de uma ordem pré-estabelecida, tendo em vista a existência de formas de controle, de modo a não criar diferenciações de bens e de prestígios marcantes entre os vizinhos. Apesar das diferenças de bens, esta não cria diferença de prestígio.

Os sistemas produtivos privilegiados por esses produtores podem em grande parte ser entendidos como respostas coletivas às condições socioeconômicas e ambientais nas quais se instalaram. Trazem à tona desafios generalizados, mas também decorrentes de outras formas de concorrência em jogo nesse contexto, inclusive entre os próprios assentados.



Antes de passar à análise dos sistemas produtivos, alguns outros aspectos devem ser considerados, porque fundamentais ao entendimento das relações específicas às unidades de produção, bem como às interferências externas. Essa articulação é indispensável ao entendimento dos princípios de gestão adotados.

A unidade de produção agrícola é um espaço de ações multidimensionais. A partir dos recursos que os produtores aglutinam, eles podem manejar os recursos naturais aí disponíveis; investir na inserção em rede de relações sociais pelas quais obtêm as variedades, insumos, instrumentos de trabalho e trabalhadores temporários, além das formas de obtenção de dinheiro e de integração ao mercado. O crédito pode ser obtido por agentes situados em redes de comercialização; e a poupança por agentes institucionais.

A respeito da unidade produtiva, cabe ao produtor lidar com a terra mediante a aplicação de técnicas e ações específicas. Assim, o estudo do processo de produção e transmissão do conhecimento requer uma abordagem que leve em conta as especificidades do trabalho do produtor, não apenas em termos de atitudes e de valores, mas pautada no respeito a seus sistemas cognitivos. (Ortiz, 1971)

Esses saberes dos produtores são postos em prática considerando os diferentes ciclos produtivos, tanto dos animais quanto das plantas. À medida que esses produtores abrem-se à diversificação da produção, tornam-se portadores de princípios específicos de gestão dos recursos e de manutenção do projeto de assentado rural. Neste campo de ações, cabe destacar, para os cultivos, as fases de preparação do solo, do plantio, da *limpa* e colheita do produto; para as criações, as instalações, o manejo reprodutivo e sanitário, o tamanho e a qualidade do pasto.

As condições que permitem a integração do produtor ao mercado, baseadas no escoamento do produto, são estabelecidas a partir das possibilidades por ele encontradas na terra, mas dependentes dos contatos fora deste espaço. As relações externas às unidades familiares aparecem para o produtor como um novo campo de ação, composto por agentes e instituições creditícias que, em perspectiva positiva, funcionam como um mecanismo de *feedback*. Na medida em que os produtos vão para os circuitos de comercialização, ele também tem mais facilidade para acesso ao crédito.

Os dados sistematizados trazem à tona aspectos importantes à compreensão dos investimentos que os assentados rurais realizam nas respectivas unidades de produção, como o tempo de permanência no lote, a variedade de produtos cultivados e de criações; estes últimos, concomitantemente, ao período de desenvolvimento dos ciclos produtivos

e dos animais. Assim, como será demonstrado, as unidades de produção onde os assentados alcançaram a produtividade máxima são aquelas em que eles se estabeleceram há mais tempo e, correspondentemente, iniciaram a implementação de sistemas produtivos. (**Tabela 2**) De acordo com Neves (1981), as unidades de produção que apresentam uma polivalência de cultivos têm sua reprodução social de certo modo assegurada mediante a ampliação do uso dos fatores de produção, da força de trabalho familiar, do autoconsumo doméstico e a partir do oferecimento de recursos alternativos para o controle da submissão ao mercado.

**Tabela 2 - Número de assentados por tempo de permanência no assentamento, segundo capacidade produtiva dos lotes**

Variáveis	Tempo de permanência na unidade de produção (meses)			
	0 a 5	6 a 10	11 a 12	indet.
total de agricultores	1	1	17	1
produtos agrícolas - max.	6	3	15	0
produtos agrícolas - min.	6	3	0	0
Criação de animais - max.	1	1	6	1
Criação de animais - min.	1	1	1	1

Fonte: Os dados apresentados foram coletados em trabalho de campo realizado durante o mês de fevereiro de 2010 (portanto, período da seca).

Se a permanência no lote é fundamental para o assentado atingir a relativa capacidade dos sistemas produtivos, de igual modo, a variedade e associação desses sistemas são frutos do conhecimento que o produtor desenvolve, ao longo do tempo, no trato com os recursos naturais que ele for capaz de conhecer e de financeiramente se apropriar.<sup>10</sup> (**Tabela 3**)

**Tabela 3 - Produtos agrícolas produzidos por assentados, segundo tempo de permanência no assentamento**

Tempo de permanência	Produtos agrícolas						
	oleaginosas	frutas	hortaliças	tubérculos	raízes	forrageiras	Cereais
0 a 5	1	2			1	1	
6 a 10		2				1	

<sup>10</sup> Neves (1997) aponta que, em conformidade com o acesso ao crédito e a recursos financeiros para investimento produtivo, os agricultores incorporam outros produtos, aumentando a diversidade dos sistemas produtivos.

11a 12	18	25			4	12	4
Indet.							

Fonte: Os dados apresentados foram coletados em trabalho de campo realizado durante o mês de fevereiro de 2010 (tempo de seca).

Cabe ainda ressaltar que, se o sistema produtivo for sazonal, de rápido florescimento, os produtores não fazem referência a esses produtos, mesmo que sejam comercializados e componham parte do rendimento da unidade de produção. Por tal motivo, não houve menção às hortaliças pelos entrevistados. A produção de tubérculos só poderia ser computada mediante a avaliação da colheita o que, neste caso, não pode ser contemplada durante a realização do trabalho de campo, por estar fora do período esperado para esta tarefa. Neves (1981) demonstra que apenas mediante sua permanência e visita à residência dos produtores, pode obter os dados sobre o autoconsumo. Como afirma, os produtos que fazem parte do consumo diário da unidade familiar são irrelevantes para fins de elaboração do rendimento e, portanto, não são sistematizados por eles. Além disso, as hortas, de duração perene, não exigem por parte dos produtores um trato muito intensivo, sendo utilizadas em conformidade com o consumo da unidade familiar. Da mesma forma, Seyferth (1974) menciona que nos meses de intervalo do cultivo principal, para não colocarem em risco suas *roças*, os produtores investem no trabalho acessório, como o plantio de hortaliças e tubérculos.

O tempo de instalação é questão fundamental à diversificação da produção na unidade produtiva, bem como para a composição do rebanho e do *terreiro*. (**Tabela 4**) O tempo necessário à formação do rebanho varia entre os animais. Em geral, maiores são os investimentos em animais que possam ser destinados tanto ao consumo da unidade familiar quanto à comercialização, como é o caso da criação de gado e de galináceos. Esta última marcada pela instabilidade ao longo dos anos, porque vulnerável a diversos fatores externos ao controle do assentado, como doenças e ataques de outros animais. O tempo de instalação sinaliza assim as alternativas de poupança e reinvestimento produtivo ou improdutivo, demonstrando o longo tempo necessário para o agricultor se assentar, mesmo quando as condições das operações sejam relativamente favoráveis.

**Tabela 4 - Criação de animais por assentado, segundo tempo de permanência no assentamento**

Tempo de permanência	Variedade de animais				
	gado	caprinos	equinos	galináceos	anseriformes

0 a 5	1				
6 a 10	1				
11a 12	14	1	4	7	2
Indet.	1				

Fonte: Os dados apresentados foram coletados durante trabalho de campo realizado durante o mês de fevereiro de 2010. (período de seca)

### **Considerações finais**

No Brasil, grande parte dos autores que se dedicaram ao estudo das condições de acesso à terra tem demonstrado que o patrimônio rural ao qual os assentados têm recebido como parte do processo de reforma agrária apresenta-se em estado de notável degradação. Esta condição impõe uma série de limites aos projetos individuais dos assentados, além das limitações às formas de aproveitamento dos recursos naturais e sua transformação em rendimento. Como decorrência dessas adversidades, os assentados se vêem num processo contínuo de desvalorização de suas terras, principalmente a partir do aspecto da improdutividade. A reversão deste quadro crescente de limitações só é possível mediante vultosos investimentos por parte desses agentes o que, em poucas situações, conseguem ter acesso a fundos de financiamentos ou podem lançar mão recursos próprios como, por exemplo, é o caso daqueles que são portadores de aposentadorias e outros benefícios.

A transformação da terra considerada degradada e improdutiva em lote produtivo mediante investimentos próprios é tarefa que os assentados realizam a despeito da condição de titulares de um direito que não lhes assegura a propriedade. Nesta condição, os assentados contribuem para a efetividade da função social da propriedade além de ajudar no processo de restituição das condições naturais locais.

Igualmente, em inúmeros casos, os assentados também são forçados a gerir uma série de outros aspectos externos que contribuem para impedir o projeto que eles têm enquanto assentados rurais. Um desses condicionantes externos, como se observou, é a lentidão dos processos burocráticos na qual se deparam quando submetidos à avaliação de pedidos de financiamento de instituições públicas ou à captação de subsídios para investimento no lote. A demora desses processos posterga o resultado final dos projetos que esses produtores pretendem desenvolver e que, se efetivados, os definem como assentados. Além disso, esta delonga do trâmite burocrático posterga a efetivação dos sistemas produtivos e, ainda assim, impõe limites à reprodução da criação.

Constrangimentos de diversas ordens de fatores limitam a objetivação de projetos individuais e coletivos no assentamento Che Guevara. As formas de gestão desses limites são muito diversas, contudo, enquanto alguns produtores conseguem alcançar mais estabilidade para o projeto produtivo, outros gerem a minoração das dificuldades e de reprodução negativa, perdendo poupanças e se endividando, por isso secundarizando a objetivação da unidade de trabalho familiar.

O papel que esses pequenos produtores desempenham em relação ao patrimônio rural é equivalente à propriedade da terra nas mãos de fazendeiros que, lançando mão de recursos próprios, fazem com que a terra realize sua função social; ou seja, que seja assegurado o uso em consonância com os ditames clamados pelo bem comum.

Como se pode notar, os assentados rurais, pouco a pouco, mesmo com recursos precários, devido ao baixo valor de mercado que os produtos agrícolas alcançam no mercado, contribuem para o processo de recuperação das condições naturais dessas terras. Esse processo de recuperação (restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original) tem início quando do preparo da terra para iniciar o plantio, mediante a correção do solo com insumos químicos e adubos (orgânicos e inorgânicos), se estendendo com os projetos de irrigação das lavouras.

Se, por um lado, os assentados prestam um serviço coletivo à sociedade, por outro, são subjulgados como preguiçosos, incapazes e por não produzirem dentro dos padrões capitalistas esperados. Esse sistema acusatório, por vezes, invade o meio acadêmico e contamina os trabalhos de pesquisa que vem sendo realizados, mormente quando os pesquisadores revelam dados que *a priori* foram elaborados do que se espera para o modelo de vida dos produtores rurais. Por este viés, os assentados entram em processo de assentamento já desqualificados.

Diante disso, o Projeto de Assentamento Che Guevara é um caso exemplar. Fruto de um processo de exploração da terra para atender aos objetivos da agroindústria canavieira, a terra que pertencia a então Fazenda Marrecas foi altamente experimentada em termos de uso de tecnologia. O investimento tecnológico surgiu como alternativa à tímida resposta que a terra inapropriada oferecia frente às exigências do mercado açucareiro. Com solo inadequado, era praticamente impossível, sem investimentos, alcançar o patamar que a produção canavieira chegou na região. Com a implantação do sistema de irrigação e com os investimentos massivos em máquinas agrícolas, extraía-se das terras um valor maior do que ela poderia oferecer.

Assim, as terras da Fazenda produziam para a usina Baixa Grande toneladas de cana irrigadas a partir de um sistema de irrigação que lançava o vinhoto no solo e que, repetindo-se por anos, hoje faz com que este esteja em condição pior de degradação do que no início do processo de exploração, como consideram os assentados.

Não obstante, os lucros que os usineiros obtinham com a alta produtividade dos canaviais campistas não permitiram a eles gerir as dívidas que contraíram com os financiamentos bancários e outros créditos que assumiram para dar início à plantação de cana. Assim, as terras que hoje fazem parte do PA Che Guevara refletem os efeitos de um longo processo de industrialização da agricultura, principalmente porque essas terras não correspondiam a essa aptidão.

Nesse sentido, as terras do PA Che Guevara derrubam a pressuposição de que mediante investimento tecnológico quaisquer limites podem ser superados, principalmente se impostos pela natureza. Como pude observar durante a realização de trabalho de campo, os assentados enfrentam uma série de fatores naturais limitantes. O solo em grande parte dos lotes é de constituição arenosa e salitrado; além disso, muitos lotes estão em área alagadiça o que, frequentemente, faz com que os produtores, durante os períodos de chuvas mais intensas, percam tudo que investiram. A disponibilidade de água é restrita a alguns locais e, portanto, nos lotes mais afastados da área de reserva e dos canais, eles têm que investir na reabertura dos valados e outros sistemas para captação de água a partir do desvio da água dessas fontes. A alteração do curso da água desses canais contribui ainda para acarretar outro problema: o assoreamento do leito desses rios, não somente porque diminui o fluxo hídrico como porque, durante as cheias, facilita a ação da erosão. Além disso, com o solo descoberto, as sementes podem cair no leito desses canais e germinar, como ocorre, por exemplo, com as *tabuas*, vegetação característica de áreas alagadas. Para permitir a implementação da lavoura canavieira, a vegetação nativa praticamente se perdeu. As árvores e arbustos que pude observar chegaram há cerca de 11 anos, quando da instalação das famílias de assentados. A plantação de eucaliptos introduzida para recuperação da área também já foi retirada. A fauna, principalmente de peixes, do mesmo modo se perdeu com a introdução das indústrias na região da praia e da Lagoa Feia.

Ainda em relação aos limites que os assentados enfrentam para dar continuidade ao projeto de assentamento também podem ser originados a partir da própria unidade familiar, como, por exemplo, o ciclo de vida da família. Para muitos dos assentados entrevistados, a idade avançada representa uma série de limites físicos (doenças) e

também o crescimento dos filhos e a saída deles para estudar, trabalhar e constituir família conjugal.

Esses limites internos coadunados à demora dos procedimentos burocráticos têm provocado uma decalagem entre a resposta dos recursos produtivos e o ciclo de vida da unidade familiar de produção. Pois, na medida em que os assentados adoecem ou pela velhice são tolidos de *tocar* os sistemas produtivos que planejaram para o lote, encontram-se impedidos de assegurarem as condições de sobrevivência de sua família. Esta condição se agrava se nenhum dos membros da unidade familiar é beneficiado com proventos, sejam pagamentos por prestação de serviços a terceiros, aposentadoria ou benefício por doença e/ou invalidez. Nesses casos, os produtores têm diminuída a possibilidade de efetivação do projeto individual esperado para o assentamento.

Outrossim, a saída dos filhos do lote para estudo ou para constituírem família conjugal influencia negativamente na implementação dos projetos que planejaram enquanto assentados. A ajuda dos filhos é fundamental, sobretudo quando os titulares do lote (pais e mães) encontram-se impossibilitados de darem continuidade ao trabalho. E essa situação se agrava quando os assentados têm que enfrentar anos de espera para receber a ajuda técnica e financeira que solicitam e precisam.

Gostaria ainda de ressaltar que, frente a tantas adversidades que me deparei durante a realização do trabalho de campo, fui levada a refletir sobre os modos como esses assentados buscam alternativas para se manterem no lote. Essas formas de negociação que estabelecem entre si e com os recursos pressupõe que esses agentes são portadores de saberes práticos para gestão da unidade produtiva.

Alguns pesquisadores, na contramão dos estudos que vêm sendo realizados, têm evocado o saber para valorizar o modo de vida de agricultores e também representantes das chamadas populações tradicionais. No entanto, esse conhecimento não é demonstrado, mas naturalizado. Assim, investir na identificação destes saberes, no entendimento de suas formas de construção e compreender a que ele pode responder são questões primordiais nesse contexto. Portanto, firmei compromisso com a demonstração desses diferentes tipos de saberes que os assentados rurais construíram ao longo de suas histórias de vida para gerirem os recursos naturais que, por transmissão, receberam. As diferentes formas de conhecimento que, na ocasião, destaquei demonstram que esses assentados são portadores de um saber prático que, na medida em que é compartilhado, sofre também ajustes e adaptações segundo interesses e condições apresentadas por cada unidade produtiva. Assim, os assentados demonstram ter um conhecimento prático

que lhes é comum, contudo não homogêneo, porque reorganizado.

Nesse sentido, firmada neste embate, a contribuição que ofereço não se limita apenas ao campo antropológico, enquanto tema especial sobre o entendimento das formas de construção e transmissão de saber prático. Revelar esses saberes representa uma contribuição para o debate sobre reforma agrária e políticas relacionadas ao programa de assentamentos rurais no país.

## Referências

- ABÉLÈS, Marc. **Le lieu du politique**. Paris: Société d'Ethnographie, 1983.
- BERGAMASCO, Sonia M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por det rs dos números. **Estudos Avançados**, v. 11, n.31, p. 37-49, 1997.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (Orgs.). Introdução. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 304p.
- GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de e MARIN, Rosa Acevedo. Introdução. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: Unesp/Nead/MDA, 2009: 23-37.
- GOODY, Jack. O Estado, a repartição pública e o arquivo. In: **A lógica da escrita e a organização da sociedade**. Portugal: Edições 70, 1986.
- HERÉDIA, Beatriz Maria Al sia de. **A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a restinga**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- LEITE, Sérgio *et al.* (Coords.). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: NEAD; São Paulo: UNESP, 2004.
- LUBATTI, Maria Rita da Silva. **O folclore na vivência atual de Açu, Marrecas e Quixaba (Campos, RJ)**. Rio de Janeiro: Editorial Livramento, 1979.
- NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói: Editora da UFF, 1997.
- NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e Pequenos Produtores de Cana. Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- NEVES, Delma Pessanha. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista: estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana**. Niterói: Editora da UFF, 1997.
- NEVES, Delma Pessanha. **Por Tr s dos Verdes Canaviais**. Niterói: Editora da UFF, 1989.
- NICOLITE, Micaela *et al.* Oscilação do nível de água e a co-oscilação da maré astron mica no baixo estuário do Rio Paraíba do Sul, RJ. **Revista Brasileira de Geofísica**, v. 27, n. 2, p. 225-239, 2009.
- ORTIZ, Sutti. Reflections on the concept of 'peasant culture' and 'peasant cognitive systems'. In: SHANIN, Theodor. **The peasantry as a culture**. Harmondsworth: Penguin Books Ltda, 1971: 322-335.
- PEIXOTO, Marcos (Coord.). **Plano de desenvolvimento sustentável do Assentamento Che Guevara**. Rio de Janeiro: Incra/UFRRJ, 2001.



PESSANHA, João Batista. **Um estudo sobre a lavoura canavieira em Campos dos Goytacazes na atualidade.** [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, UCAM, 2004.

SANTOS, Priscila Tavares. **A “luta com a terra” no Projeto de Assentamento Che Guevara (RJ): produção e transmissão de conhecimentos entre assentados.** [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim.** Porto Alegre: Movimento, 1974.